SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

CMB

Flaviano Feu Ventorim | presidente

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

01 Como a entidade avalia a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e quais são as principais expectativas do setor para os próximos quatro anos?

A Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) reconhece o resultado do processo democrático eleitoral e deseja êxito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e toda sua equipe em seu novo mandato.

Nossa expectativa é que os próximos quatro anos representem um período de avanços estruturantes para o Sistema Único de Saúde - SUS, especialmente no fortalecimento da rede hospitalar filantrópica que é tão importante para o povo brasileiro.

As Santas Casas e os hospitais filantrópicos desempenham um papel estratégico na assistência à saúde da população brasileira. São instituições que, há séculos, atuam em defesa da vida e que hoje constituem uma parcela indispensável da capacidade assistencial do SUS, especialmente nos atendimentos de média e alta complexidade. Em diversas regiões, representam a principal ou única alternativa de assistência hospitalar para a população de um município ou região.

Reconhecemos os avanços no diálogo institucional e as iniciativas desenvolvidas pelo governo federal, particularmente na ampliação de recursos para a assistência especializada e na retomada de instrumentos de financiamento destinados aos hospitais filantrópicos.

Entretanto, permanecem desafios estruturais que exigem respostas permanentes. O desequilíbrio entre os custos reais dos serviços prestados e os valores recebidos pela assistência ao SUS, associado à crescente pressão sobre despesas com pessoal, medicamentos, materiais, tecnologias e infraestrutura,

compromete a sustentabilidade de muitas instituições, ainda mais pressionada pela reforma tributária e pelas mudanças advindas do fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho.

Esperamos que o novo mandato seja marcado pela construção de uma política de Estado para a sustentabilidade do SUS e da rede filantrópica, com financiamento adequado, previsibilidade orçamentária, segurança jurídica e condições efetivas para investimentos.

É fundamental compreender que a sustentabilidade econômica dessas instituições não constitui apenas uma demanda do setor hospitalar. Trata-se de uma condição essencial para garantir o acesso da população à saúde, reduzir desigualdades regionais e preservar a capacidade de atendimento do SUS.

A CMB reafirma sua disposição de trabalhar de maneira técnica, propositiva e colaborativa com o governo federal, o Congresso Nacional, os estados e os municípios, contribuindo para a construção de soluções que fortaleçam o sistema público de saúde.

02 Quais são as três principais demandas que a entidade pretende apresentar ao governo federal para o mandato de 2027 a 2030?

A CMB considera que três grandes prioridades devem orientar a agenda nacional para o fortalecimento das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos.

A primeira é a construção de um novo modelo de financiamento da assistência hospitalar prestada ao SUS de forma geral, mas com um olhar especial para o setor filantrópico.

É necessário superar a histórica defasagem entre os custos dos serviços e a remuneração recebida pelas instituições. Defendemos a revisão dos mecanismos de financiamento, com critérios transparentes, atualização periódica dos valores e modelos de contratação que considerem custos assistenciais, complexidade dos procedimentos, qualidade dos serviços, os aspectos regionais e resultados entregues à população.

A solução não deve se limitar a reajustes pontuais da Tabela SUS, mas avançar para um modelo sustentável, que ofereça previsibilidade financeira e reconheça adequadamente a contribuição das instituições filantrópicas. Os hospitais devem ser contratatualizados e orçamentados.

A segunda prioridade é a criação de condições estruturantes para recuperação financeira, modernização e ampliação da capacidade assistencial dos hospitais.

Precisamos consolidar e ampliar instrumentos de crédito de longo prazo, com taxas compatíveis com a natureza filantrópica das instituições, carência adequada e mecanismos de garantia acessíveis.

Iniciativas como o Caixa Hospitais, com recursos do FGTS, representam avanços importantes e precisam ser fortalecidas, acompanhadas de novas alternativas para reestruturação de passivos, renovação tecnológica, transformação digital, modernização da infraestrutura e ampliação dos serviços. Mas é a remuneração digna pelos serviços prestados que trará um futuro sustentável, e não a busca de empréstimos.

Também defendemos mecanismos de apoio específicos para hospitais de pequeno e médio porte, especialmente aqueles localizados em regiões onde a assistência hospitalar depende diretamente da presença de instituições filantrópicas.

A terceira prioridade é o aperfeiçoamento do ambiente regulatório, tributário e de contratualização, com foco na segurança jurídica e na eficiência da assistência.

É fundamental assegurar a preservação das imunidades tributárias constitucionalmente previstas para as entidades beneficentes, com atenção especial aos impactos da reforma tributária e à necessidade de regras claras e uniformes.

Também defendemos a simplificação dos processos de certificação, contratualização, prestação de contas e relacionamento com os gestores públicos, sem prejuízo da transparência e dos mecanismos de controle, além do pagamento em dia, visto que o atraso nos repasses é uma realidade.

O objetivo é permitir que as instituições direcionem mais recursos e capacidade de gestão à sua finalidade principal: oferecer assistência de qualidade à população.

Essas três prioridades são complementares. Precisamos garantir condições para o funcionamento dos hospitais no presente, capacidade de investimento para o futuro e um ambiente institucional que permita sua continuidade no longo prazo.

03 Que decisões concretas o próximo governo deveria tomar já em 2027 e quais resultados a entidade espera alcançar até 2030?

Entendemos que 2027 deve ser o ano de início de uma agenda estruturante para a sustentabilidade da rede hospitalar filantrópica brasileira.

A primeira medida deveria ser a instituição de uma política nacional de sustentabilidade dos hospitais filantrópicos, construída com a participação do Ministério da Saúde, do Ministério da Fazenda, dos gestores estaduais (CONASS) e municipais (CONASEMS) e da CMB.

Essa política deve estabelecer um cronograma de aperfeiçoamento do financiamento da assistência ao SUS, com mecanismos de atualização dos valores, maior previsibilidade dos repasses e modelos de remuneração que reconheçam a complexidade e os custos efetivos dos serviços.

Outra decisão prioritária é transformar os mecanismos de financiamento e investimento em instrumentos permanentes. É necessário assegurar a continuidade das linhas de crédito com recursos do FGTS, ampliar sua acessibilidade e desenvolver soluções específicas para hospitais que enfrentam dificuldades financeiras, mas possuem relevância estratégica para suas regiões. Ainda sobre as linhas de crédito, é fundamental que haja uma política real de subsídio de juros, tanto para o refinanciamento de dívidas (o governo federal é o maior credor do setor filantrópico) quanto para investimentos.

No campo tributário, esperamos que o governo assegure a efetiva proteção das imunidades das entidades beneficentes sem fins lucrativos, com regulamentações que evitem insegurança jurídica, aumento indevido de custos ou comprometimento dos recursos destinados à assistência.

Também consideramos fundamental aperfeiçoar a contratualização entre os hospitais e os gestores do SUS, com regras claras, metas pactuadas, responsabilidades definidas e maior estabilidade nas relações institucionais.

Paralelamente, defendemos uma política de investimentos voltada à modernização tecnológica, à qualificação dos profissionais, à transformação digital e à ampliação da capacidade assistencial, especialmente nas regiões com maiores dificuldades de acesso.

Até 2030, nossa expectativa é alcançar uma rede filantrópica financeiramente mais equilibrada, com maior capacidade de investimento, menor vulnerabilidade ao endividamento e condições efetivas para ampliar e qualificar os serviços oferecidos à população.

Queremos contribuir para reduzir filas de atendimento, ampliar o acesso a exames, cirurgias e tratamentos especializados e preservar a presença dos hospitais filantrópicos nos municípios brasileiros.

A CMB entende que o fortalecimento dessas instituições deve ser tratado como uma prioridade estratégica nacional.

Não estamos reivindicando privilégios para os hospitais filantrópicos. Estamos defendendo condições adequadas para que essas instituições continuem cumprindo sua missão de cuidar da população brasileira e fortalecer o SUS.